

**Ata da 9ª Reunião do  
Grupo de Acompanhamento da  
Elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai**

**Local:** Cuiabá, Parque M Okamura (manhã) e Auditório João Barbuíno Curvo Neto – UFMT (tarde)

**Data:** 16 de fevereiro de 2017

**Participantes:** lista de presença (Anexo1)

**Abertura e Informes**

Luiz Henrique Noquelli, coordenador do grupo de acompanhamento - GAP, saudou os presentes e pediu que os presentes se apresentassem, tendo em vista que há novos membros. Informou que a coordenação está tomando as providências para atender as apresentações da UEM - NUPELIA e da EPE solicitadas pelo FONASC e FIEMT, respectivamente, buscarão ser atendidas nas próximas reuniões. Leonardo S. Costa, IMASUL, informou que as indicações do Conselho Estadual de Recursos Hídricos para o GAP serão realizadas na próxima semana. Luiz Henrique Noquelli esclareceu que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso teve as atividades retomadas com novos membros em meados de 2016 e relatou o processo de indicação dos representantes do GAP, pesca artesanal e agricultura familiar, que foram a Secretaria de Agricultura Familiar e a Cooperativa de Pescadores e Aquicultores do Mato Grosso, COOPEAMAT. Débora Calheiros, FONASC, comentou que a questão é muito grave, pois os pescadores profissionais-artesanais vieram até o GAP para demandar uma vaga no grupo e o representante indicado para a vaga de agricultura familiar também é um funcionário da secretaria de agricultura familiar. Além disso, a indicação dos novos membros deveria partir da sociedade civil que se mobilizou para conseguir essas vagas. João Clímaco, FONASC, considerou que existe um equívoco de origem na criação do GAP, pois representantes do poder público estão ocupando vagas da sociedade civil, o que exigiu uma intervenção do FONASC, e esse tipo de problema permanece na indicação dos novos membros indicados para o GAP pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso. Acrescentou que vai entrar com proposta de alteração da resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Claudionor Angeli, COOPEAMAT, esclareceu que representa uma cooperativa de pescadores artesanais e agricultores. José Luiz Zoby, ANA, esclareceu que a Resolução nº 176 do CNRH

35 estabelece que os conselhos estaduais têm autonomia para indicar e a Resolução nº 5 do  
36 CNRH define que agricultura e a pesca se enquadram como usuários. Luiz Henrique  
37 Noquelli esclareceu que houve três reuniões para tratar do assunto no Conselho Estadual  
38 e que não foram recebidas indicações da sociedade civil. Leonardo S. Costa considerou  
39 que o processo de eleição no Conselhos Estadual de Recursos Hídricos do Mato Grosso  
40 foi legítimo e que faltou articulação da sociedade civil para indicar quem julgava mais  
41 adequada. Débora Calheiros considerou que houve desvirtuamento da natureza das  
42 indicações e questionou a forma como o conselho estadual construiu esta indicação em  
43 Mato Grosso, em desacordo ao entendimento de todas as discussões havidas nas  
44 instâncias do CNRH. João Clímaco sugeriu que fosse feita uma revisão das indicações  
45 pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso em reunião com a  
46 presença dos agricultores e pescadores, que eles mesmo definam o representante e o  
47 conselho indique. Igor Ribeiro, MME, se manifestou preocupado com o fato de que alguns  
48 se rogam representantes legítimos dos setores, enquanto existe a institucionalidade das  
49 indicações do Conselhos de Recursos Hídricos. Destacou ainda que existe uma resolução  
50 que orienta a definição da composição do GAP, que está sendo respeitada. Luiz Henrique  
51 Noquelli manifestou que vai levar os questionamentos apontados para a próxima reunião  
52 do Conselho Estadual.

53 **Parceria ANA-Embrapa para elaboração de estudos de avaliação dos efeitos da**  
54 **implantação de empreendimentos hidrelétricos pela ANA**

55 Luciana A. Zago, ANA, realizou apresentação (Anexo 2) e informou a contratação da  
56 Fundação Eliseu Alves vinculada à Embrapa para realização dos estudos que subsidiarão  
57 o processo de outorga dos empreendimentos hidrelétricos na região. Destacou que será  
58 criado um sistema de suporte a decisão, tema discutido na semana passada em oficina.  
59 Ressaltou que o trabalho se estende além do horizonte do plano de recursos hídricos e  
60 que envolve cerca de 40 especialistas, inclusive da universidade. Nilo Peçanha, COINTA,  
61 comentou a importância de incorporação de estudos de planejamento já realizados na  
62 região, em especial o Plano MS 2020 que criou os fóruns de desenvolvimento local nos  
63 municípios, muitos dos quais continuam atuantes. Débora Calheiros sugeriu que o GAP  
64 fosse informado do andamento dos trabalhos. Sara Caporossi, ABES, pediu mais  
65 esclarecimentos sobre o grupo envolvido nessa pesquisa e a forma de contato. Luiz  
66 Henrique Noquelli comentou que haverá reunião com ANA e secretarias estaduais,  
67 possivelmente em março, para definir entre outros pontos, a forma de acompanhamento

68 dos trabalhos, que ainda não foi estabelecida. Edimar Kajejeu perguntou como a questão  
69 indígena foi tratada na oficina. Luciana A. Zago relatou que o impacto nas comunidades  
70 indígenas deve ser avaliado. Igor Ribeiro valorizou a importância dos estudos para  
71 desmistificar questões e solicitou o envolvimento do MME no acompanhamento dos  
72 estudos. Luciana A. Zago informou que será avaliada a forma de realizar esse  
73 acompanhamento.

#### 74 **Plano de Trabalho**

75 Rosana Mendes Evangelista, ANA, relatou o estágio da elaboração do plano de recursos  
76 hídricos. Marcos Oliveira Godoi falou sobre a Engecorps, contratada pela ANA para a  
77 elaboração do plano de recursos hídricos, comentou sobre a agenda do dia e apresentou  
78 a equipe. Raquel C. P. Santos, Engecorps, apresentou o plano de trabalho (Anexo 3),  
79 informou que estão finalizando o diagnóstico, cujo relatório será entregue no próximo mês.  
80 Comentou que as contribuições das reuniões públicas serão incorporadas à versão final  
81 do plano de recursos hídricos e que o manual operativo é um documento relevante para  
82 implementar o planejamento e será elaborado após a aprovação do plano. Leonardo S.  
83 Costa demonstrou preocupação com a agenda intensiva de atividades e o curto prazo.  
84 Rosana M. Evangelista comentou que o processo de elaboração já foi iniciado e que as  
85 partes restantes deverão avançar mais rapidamente, conforme experiências recentes da  
86 agência em outros planos. Esclareceu que a ANA receberá o relatório de diagnóstico na  
87 próxima semana e disponibilizará em março ao grupo. João Clímaco solicitou tratamento  
88 igualitário entre os segmentos e que as recomendações aos setores usuários fossem  
89 expandidas para incluir a sociedade civil. José Luiz Zoby comentou que a elaboração do  
90 plano de recursos hídricos é dinâmico e que o GAP deve validar as suas etapas, mas que  
91 mesmo um diagnóstico validado poderá ser revisto, por exemplo, durante as reuniões  
92 públicas, e que a consolidação do plano se dá realmente ao final. Leonardo S. Costa  
93 destacou a importância que o grupo esteja preparado para validar o diagnóstico, tendo em  
94 vista a proximidade do mês de abril. Pediu esclarecimentos sobre o que seriam as  
95 diretrizes de enquadramento, se seriam a proposta de enquadramento propriamente dita.  
96 Raquel C. P. Santos esclareceu que serão diretrizes norteadas pela resolução CONAMA,  
97 que trata do enquadramento. João Clímaco sugeriu que as contribuições desta reunião  
98 sejam incorporadas ao relatório referentes as metodologias das etapas da elaboração  
99 plano de recursos hídricos e ao plano de trabalho, sugerindo que os documentos  
100 retornassem com as considerações.

## 101 **Metodologia para Consolidação do Diagnóstico: Agendas Temáticas**

102 Raquel C. P. Santos informou que a consolidação se baseará na escala de microbacias  
103 que chegam a 33 mil na região. Destacou os temas que serão utilizados na análise e a  
104 ampliação da informação realizada pela empresa em relação às cargas poluidoras de  
105 outros usos. Marcia Oliveira, Embrapa, questionou a abordagem sobre cargas poluidoras  
106 difusas pela sua relevância na região e os efeitos de borda. Raquel C. P. Santos  
107 respondeu que foram calculadas as cargas poluidoras difusas, mas há dificuldades em  
108 avaliar seu impacto a partir das vazões de estiagem. João Clímaco considera que  
109 deveriam ser considerados parâmetros adicionais à demanda bioquímica de oxigênio –  
110 DBO, tendo em vista, por exemplo, os problemas de agrotóxicos. Raquel C. P. Santos  
111 relatou que a ANA considera que bioindicadores poderiam ser úteis em determinadas  
112 áreas da região. Débora Calheiros ressaltou a importância da preservação da bacia do  
113 Bioma Pantanal pela Constituição Federal e a necessidade de inovação do plano de  
114 recursos hídricos, tendo em vista o grande acervo técnico disponível e de integração da  
115 gestão de recursos hídricos e do meio ambiente. Nilo Peçanha ressaltou o problema de  
116 desarticulação dessas duas políticas. Luciana A. Zago considerou que o tema das cargas  
117 poluidoras poderia ser discutido com o grupo de pesquisa da Embrapa. Marcia Oliveira  
118 considerou que essa iniciativa seria oportuna, tendo em vista que as atividades de campo  
119 se iniciarão apenas no mês de agosto. Nilo Peçanha considerou relevante o potencial de  
120 expansão da mineração, especialmente argila e granito, e comentou conflito entre  
121 irrigação e geração hidrelétrica. Belmiro Miranda, presidente da Federação dos  
122 Pescadores de Mato Grosso se apresentou e informou que lamentava estar atrasado.

## 123 **Variáveis selecionadas para composição das Agendas e dos respectivos componentes de** 124 **pressão (quantitativa e qualitativa sobre os recursos hídricos; pressões ambientais)**

125 Raquel C. P. Santos apresentou a metodologia que será adotada para consolidação do  
126 diagnóstico (Anexo 3), detalhando as agendas e as variáveis associadas. No tema  
127 hidrovias foi mencionado que a Engecorps solicitou na ouvidoria do DNIT o acesso ao  
128 estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental. José Luiz Zoby informou que  
129 poderia retomar o contato com Ministério dos Transportes e o DNIT para sua obtenção.  
130 João Clímaco informou que protocolou pedido de que a ANA e o MMA viabilizassem o  
131 acesso ao estudo. Foram realizados diversos questionamentos à Engecorps sobre as  
132 variáveis e a escala de discretização das informações. A Engecorps buscou esclarecer a

133 natureza das variáveis e as fontes de informações existentes, destacando que o objetivo é  
134 avaliar como as agendas pressionam os recursos hídricos da região. Alguns membros do  
135 GAP solicitaram a revisão de algumas variáveis, especialmente a dessedentação animal e  
136 a pesca. João Clímaco solicitou que fosse considerado na abordagem de usuário de  
137 recursos hídricos o impacto desses usos nas cadeias produtivas desses usos e citou  
138 turismo e pesca. Raquel esclareceu que o plano tem por objetivo avaliar a pressão sobre  
139 os recursos hídricos e não sobre as cadeias produtivas. João Clímaco reiterou que o  
140 conflito de uso entre setor elétrico e os demais deveria ser considerado no que diz  
141 respeito a concessão de outorgas, pedindo a sua suspensão por ocasião da elaboração  
142 do plano e que requerimento nesta linha foi encaminhado ao CNRH. Houve contestação  
143 por parte de Marcelus Mesquita, SINDENERGIA, quanto ao tema, lembrando que isto já  
144 havia sido discutido no GAP.

#### 145 **Atribuição de pesos às variáveis das Agendas: Discussões e contribuições**

146 Raquel C. P. Santos propôs o início de avaliação do peso relativo entre variáveis,  
147 esclarecendo que seria adotado o método AHP. Surgiram diversas dúvidas em relação à  
148 metodologia (Anexo 3). Marlian Leão, MI, questionou a viabilidade de realizar essa  
149 ponderação no âmbito do grupo, considerando que seria mais produtivo receber o  
150 relatório com a descrição das variáveis. A ANA e a Engecorps sugeriram que fossem  
151 apresentados os pesos atribuídos pela equipe técnica para melhorar o entendimento do  
152 GAP sobre o processo. Após diversos questionamentos e dúvidas sobre a metodologia, o  
153 grupo concordou em aguardar o relatório para avaliar os resultados.

#### 154 **Cronograma de atividades**

155 A ANA apresentou uma proposta de cronograma de reuniões do GAP e reuniões públicas,  
156 que acabaram sofrendo alterações. O cronograma aprovado foi o seguinte:

157

Data e Local	Atividade
17/mar	GAP recebe primeira versão do Diagnóstico Consolidado
4 e 5/abr – Campo Grande / MS	Reunião do GAP - Diagnóstico Consolidado, Reuniões Públicas e Diretrizes para Construção do Prognóstico
25/mai – Cuiabá / MT	Reunião do GAP - Prognóstico
19 a 30/jun – MT e MS	Reuniões Públicas do Diagnóstico e Prognóstico
8/ago – Campo Grande / MS	Reunião do GAP - Plano de Ações
03/out – Cuiabá / MT	Reunião do GAP - Plano de Ações
6 a 10/nov – MT e 20 a 24/nov - MS	Reuniões Públicas do Plano de Ações
7/dez - Campo Grande / MS	Reunião do GAP: Plano de Ações

158 Edimar Kajejeu, representante dos indígenas, propôs um espaço na próxima reunião para  
159 informar sobre a visão dos índios sobre o tema água, apresentação de 30 minutos.

#### 160 **Aprovação da ata da reunião**

161 Débora Calheiros questionou que as vagas referentes a agricultura familiar e pescadores  
162 deveriam conferir direito a voto ao titular e ao suplente, acordado na CTPNRH.

163 Felipe Dias, SOS Pantanal, relator do GAP, fez a leitura desta ata e recebeu sugestões. A  
164 ata foi aprovada.